

JUCESP

20 12 11

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA (1ª) EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL  
E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,  
DA NS2.COM INTERNET S.A.**

**ENTRE**

**NS2.COM INTERNET S.A.**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**E**

**INTERVENIENTES GARANTIDORES IDENTIFICADOS A SEGUIR**

---

**DATADA DE  
9 DE DEZEMBRO DE 2011**

---

JUL 12 11

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA (1ª) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIAS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA NS2.COM INTERNET S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

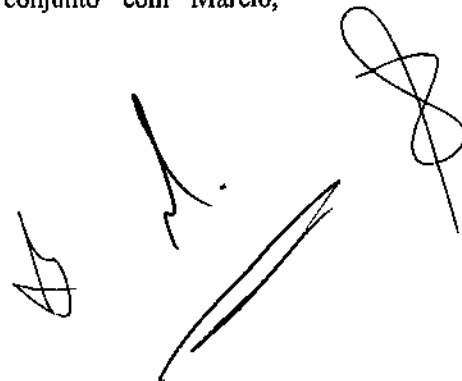
**A. NS2.COM INTERNET S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vergueiro, nº 396, Liberdade, CEP 01504-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.339.936.0001-16, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

**B. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Sala 205, no Condomínio Downtown, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos futuros Debenturistas (conforme abaixo definidos) na primeira (1ª) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantias real e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("Emissão"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

E, na qualidade de intervenientes garantidores,

**C. MÁRCIO KUMRUIAN**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens com Sylmara Djouki Kumruian, abaixo qualificada, comerciante, portador da carteira de identidade RG nº 24.122.221-7, inscrito no CPF sob nº 168.764.418-73, com domicílio em São Paulo, Estado de São Paulo e escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vergueiro, nº 396, Liberdade, CEP 01504-000 ("Márcio"); e

**D. HAGOP CHABAB**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens com Maitl Armenuhi Sapadjian Chabab, abaixo qualificada, comerciante, portador da carteira de identidade RG nº 18.288.150-7, inscrito no CPF sob nº 288.834.908-60, com domicílio em São Paulo, Estado de São Paulo e escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vergueiro, nº 396, Liberdade, CEP 01504-000 ("Hagop" e, em conjunto com Márcio, "Intervenientes Garantidores");



JUCESP

20 12 11

E, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

**E. SYLMARA DJOUKI KUMRUAN**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 28.169.436-9, inscrita no CPF sob nº 256.115.788-10, com domicílio em São Paulo, Estado de São Paulo e escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vergueiro, nº 396, Liberdade, CEP 01504-000; e

**F. MAITÍ ARMENUHI SAPADJIAN CHABAB**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, portadora da carteira de identidade RG nº 24.621.355-3, inscrita no CPF sob nº 305.718.188-03, com domicílio em São Paulo, Estado de São Paulo e escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vergueiro, nº 396, Liberdade, CEP 01504-000 ("Intervenientes Anuentes" e, em conjunto com Emissora, Agente Fiduciário e Intervenientes Garantidores, "Partes")

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantias Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da NS2.com Internet S.A. ("Escritura" ou "Escritura de Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

## **1. AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 9 de dezembro de 2011 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

## **2. DOS REQUISITOS**

2.1. A Emissão será realizada com observância dos requisitos abaixo:

### **2.1.1. Arquivamento e Publicação**

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "Valor Econômico", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.1.2. Inscrição e Registro da Escritura**

JUCESP

201211

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. Em virtude da garantia fidejussória de que trata a Cláusula 4.10 abaixo, a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo que a Emissora entregará uma via registrada em cartório e arquivada na JUCESP ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias da data do efetivo registro.

### 2.1.3. **Dispensa de Registro na CVM**

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

### 2.1.4. **Registro na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP")**

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

### 2.1.5. **Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

2.1.5.1. A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

## 3. **DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### 3.1. **Objeto Social da Emissora**



JUL 2011

20 12 11

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (i) o comércio varejista e atacadista de calçados, vestuário, artigos esportivos e produtos relacionados pela rede mundial de computadores (Internet); (ii) o comércio varejista e atacadista de produtos de saúde e correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários e alimentos não-perecíveis pela Internet; (iii) a armazenagem de produtos de saúde e correlatos, cosméticos, produtos de higiene, saneantes domissanitários e alimentos não perecíveis; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

**3.2. Número da Emissão**

3.2.1. Esta é a primeira (1ª) emissão pública de Debêntures da Emissora.

**3.3. Número de Séries**

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

**3.4. Montante da Emissão**

3.4.1. O montante total da emissão será de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

**3.5. Quantidade de Debêntures**

3.5.1. Serão emitidas 120 (cento e vinte) Debêntures.

**3.6. Banco Mandatário e Escriturador**

3.6.1. O banco mandatário e escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado 'Cidade de Deus', s/n.º, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário e Escriturador").

**3.7. Destinação dos Recursos**

3.7.1. Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados ao alongamento do passivo financeiro que a Emissora detém atualmente no Banco Bradesco S.A., especialmente para quitação dos contratos financeiros listados no Anexo 3.7.1, cujo saldo total em 6 de dezembro de 2011 é de R\$118.567.650,78 (cento e dezoito milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, seiscentos e

JUL 29

20 12 11

cinquenta reais e setenta e oito centavos); sendo o saldo restante destinado para reforço de caixa da Emissora, observado o objeto social da Emissora constante da Cláusula 3.1.1.

### **3.8. Registro para Distribuição e Negociação**

3.8.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, das atribuições definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

### **3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Real e Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Primeira (1ª) Emissão Pública da NS2.com Internet S.A." ("Contrato de Colocação"), com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados").

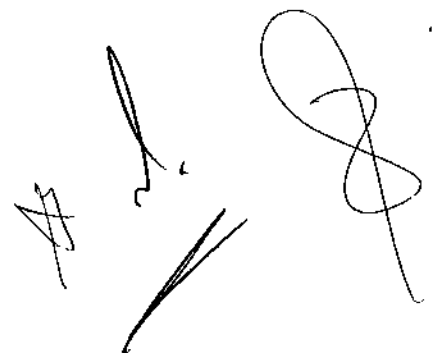
## **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características Básicas**

#### **4.1.1. Valor Nominal Unitário**

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

#### **4.1.2. Quantidade de Debêntures**



JUL 2011

20 10 11

4.1.2.1. Serão emitidas 120 (cento e vinte) Debêntures, em série única.

4.1.3. *Data de Emissão*

4.1.3.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 9 de dezembro de 2011 ("Data de Emissão").

4.1.4. *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.4.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 9 de dezembro de 2016 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo. Na ocasião de cada um dos vencimentos, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo) e encargos moratórios e multa (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.5. *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.5.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.6. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

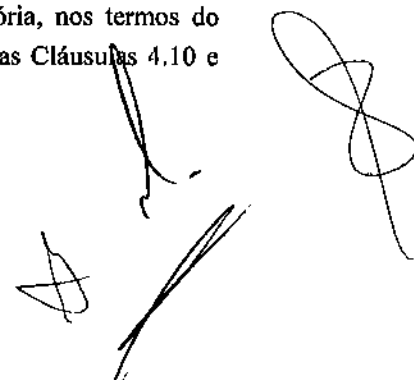
4.1.6.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.7. *Conversibilidade*

4.1.7.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8. *Espécie*

4.1.8.1. As Debêntures serão da espécie com garantias real e fidejussória, nos termos do artigo 58, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações conforme descritas nas Cláusulas 4.10 e 4.11 abaixo.



JUL 19 11

#### **4.2. Subscrição**

##### **4.2.1. Prazo de Subscrição**

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, em uma única data, em até 25 (vinte e cinco) dias contados da data de início da distribuição ("Data de Subscrição").

##### **4.2.2. Preço de Subscrição**

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, considerando que todas as debêntures sejam subscritas e integralizadas em uma única data.

##### **4.2.3. Direito de Preferência**

4.2.3.1. Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

#### **4.3. Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP. O montante a ser recebido pela Emissora em decorrência dos valores pagos pelos titulares de Debêntures ("Debenturistas") a título de integralização das Debêntures será depositado, pelo(s) intermediário(s), em conta bancária de número 06352-7, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Bradesco S.A., na Agência 3381.

#### **4.4. Atualização do Valor Nominal**

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures.

#### **4.5. Remuneração**

##### **4.5.1. Juros Remuneratórios**

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no



Juros

2012

informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxas DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, a partir da Data da Subscrição ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Juros Remuneratórios").

4.5.1.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos mensalmente, no dia 9 de cada mês, até a Data de Vencimento, ou, caso estes não sejam dias úteis, no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 9 de janeiro de 2012.

4.5.2. *Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios*

4.5.2.1. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor unitário dos juros, acumulado no período, devido na data de seu efetivo pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

JUCESP  
20 12 11

onde,

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro; e

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$DI_k$  = Taxa DI, de ordem k, expressa na forma de percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left[ \left( \frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

spread = spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

DP = número de dias úteis entre a data da primeira subscrição e integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

4.5.2.2. Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

- (i) o fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem

JUCESP

20 12 11

arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pela CETIP.

4.5.2.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.2.6. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de <sup>7</sup> (sete) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas:



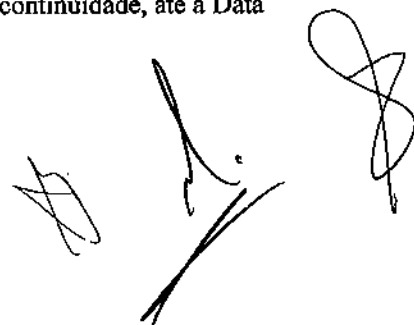
JUCESP

20 12 11

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá apresentar um cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e o prazo de amortização previsto nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida dentre três índices utilizados no mercado financeiro para remuneração do investimento em renda fixa, se houver, ou a exclusivo critério dos Debenturistas, caso não haja parâmetro para a nova remuneração, por deliberação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura, prevalecendo a taxa que tiver o maior número de votos dos Debenturistas presentes. A taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios anteriormente praticados à suspensão ou à extinção da referida Taxa DI. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

#### 4.5.3. Período de Capitalização

4.5.3.1. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira subscrição e integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.



JUCESP  
20 12 11

**4.5.4. Ausência de Novação**

4.5.4.1. Os Intervenientes Garantidores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 4.5.2.3 a 4.5.2.5 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se as garantias válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Intervenientes Garantidores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

**4.6. Repactuação**

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

**4.7. Amortização**

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 13º mês a contar da Data da Emissão, ou seja, em 9 de janeiro de 2013 (inclusive); e as demais conforme datas e percentuais detalhados abaixo, salvo possibilidade de aquisição antecipada facultativa e de resgate antecipado, conforme Cláusula 5 abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
09/01/2013	2,0833%
09/02/2013	2,0833%
09/03/2013	2,0833%
09/04/2013	2,0833%
09/05/2013	2,0833%
09/06/2013	2,0833%
09/07/2013	2,0833%
09/08/2013	2,0833%
09/09/2013	2,0833%
09/10/2013	2,0833%
09/11/2013	2,0833%
09/12/2013	2,0833%
09/01/2014	2,0833%
09/02/2014	2,0833%
09/03/2014	2,0833%
09/04/2014	2,0833%
09/05/2014	2,0833%
09/06/2014	2,0833%

JUCESP

201211

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
09/07/2014	2,0833%
09/08/2014	2,0833%
09/09/2014	2,0833%
09/10/2014	2,0833%
09/11/2014	2,0833%
09/12/2014	2,0833%
09/01/2015	2,0833%
09/02/2015	2,0833%
09/03/2015	2,0833%
09/04/2015	2,0833%
09/05/2015	2,0833%
09/06/2015	2,0833%
09/07/2015	2,0833%
09/08/2015	2,0833%
09/09/2015	2,0833%
09/10/2015	2,0833%
09/11/2015	2,0833%
09/12/2015	2,0833%
09/01/2016	2,0833%
09/02/2016	2,0833%
09/03/2016	2,0833%
09/04/2016	2,0833%
09/05/2016	2,0833%
09/06/2016	2,0833%
09/07/2016	2,0833%
09/08/2016	2,0833%
09/09/2016	2,0833%
09/10/2016	2,0833%
09/11/2016	2,0833%
09/12/2016	2,0849%

#### 4.8. Condições de Pagamento

##### 4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário e Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, com cópia para a Emissora, até 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures,

JUCESP  
25 12 11

documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.2.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário e Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário e Escriturador ou pela Emissora.

4.8.1.2.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Mandatário e Escriturador por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

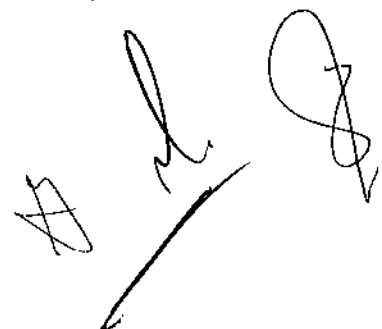
#### 4.8.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.8.3. *Encargos Moratórios e Multa*

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em-conjunto, "Encargos Moratórios e Multa").

#### 4.8.4. *Decadência do Direito aos Acréscimos*



JUL 2011

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios e Multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

#### 4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "Valor Econômico", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 4.10. Garantia Fidejussória

4.10.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, Márcio e Hagop, com ciência e anuência expressa das Intervenientes Anuentes nos termos do artigo 1.647 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, de todos os valores devidos nos termos desta Escritura. Declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil ("Fiança").

4.10.2. O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidos por Márcio e Hagop, o qual inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, remuneração e despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Escriturador, verbas indenizatórias, quando houver, custos com honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extra judiciais, considerando-se para tanto o trânsito em julgado dos referidos processos, procedimentos e quaisquer outras medidas judiciais ou extra judiciais favoráveis ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas ("Valor Garantido").



JUCESP  
20 12 11

4.10.3. O Valor Garantido será pago por Márcio e/ou Hagop em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ao Márcio e ao Hagop, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida nesta Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.10.4. Márcio e Hagop expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

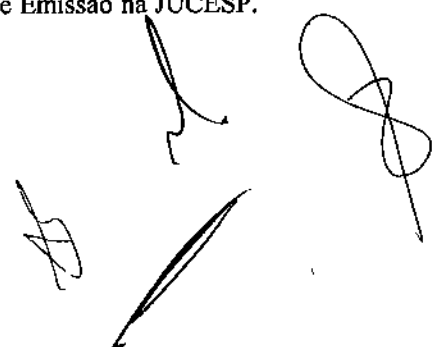
4.10.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por Márcio ou Hagop com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.10.6. Márcio e Hagop sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.10, até o limite do valor da dívida efetivamente honrada, sendo certo que Márcio e Hagop obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.10.7. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos da presente Escritura.

4.10.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora, Márcio e Hagop.

4.10.9. Em virtude da Fiança prestada por Márcio e Hagop, a presente Escritura deverá ser levada a registro no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em até 3 (três) dias úteis a contar da data de registro desta Escritura de Emissão na JUCESP.



JUCESP

No prazo de 5 (cinco) dias após o registro pelos cartórios, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada em cada cartório.

20.12.11

4.10.10. O Agente Fiduciário declara que verificou que, na Data de Emissão, o valor do patrimônio dos Intervinentes Garantidores não é suficiente para quitar o saldo devedor das Debêntures.

#### 4.11. Garantia Real

4.11.1. As Debêntures serão garantidas, ainda, por cessão fiduciária (i) de recebíveis, que estejam livres de quaisquer ônus ou gravames, decorrentes de transações efetuadas por titulares de cartões de crédito e/ou de débito, sob as bandeiras VISA ou AMERICAN EXPRESS, como meio de pagamento pela aquisição de bens em estabelecimentos da Companhia; e de (ii) conta vinculada mantida junto ao banco nº 237, Banco Bradesco S.A., a qual será constituída de acordo com os termos e condições estabelecidos no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (Recebíveis) e Outras Avenças", a ser firmado entre a Emissora, como cedente e os Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, como cessionários, ("Cessão Fiduciária" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente. Cessão Fiduciária, em conjunto com Fiança, doravante denominadas simplesmente "Garantias").

4.11.2 O Contrato de Cessão Fiduciária deverá ser levado a registro, às expensas da Emissora, nos competentes cartórios de Registro de Documentos, sendo que a comprovação de tal registro deverá ocorrer em até 25 (vinte e cinco) dias contados da data da assinatura desta Escritura e uma via devidamente registrada deverá ser entregue ao Agente Fiduciário.

4.11.3 Caso a Emissora não cumpra a obrigação prevista na Cláusula 4.11.2 acima, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, a promover o referido registro, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, observado que a Emissora ressarcirá todas as despesas, nos termos desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária.

4.11.4 Caso seja necessária a substituição de qualquer das Garantias, fica a Emissora autorizada a proceder à substituição, por outros bens ou direitos de titularidade da Emissora e/ou de terceiros, conforme o caso, e de natureza igual ou diversa daqueles dados em garantia, desde que previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ("Substituição de Garantias").

4.11.5 Observado o disposto na Cláusula 4.11.4, para os fins do disposto no artigo 70 da Lei das Sociedades por Ações, o Agente Fiduciário desde já expressa sua concordância com a Substituição de Garantias.



JUL 29

2013

4.11.6 Caso a Substituição de Garantias não seja efetivada nos termos e prazos determinados nesta Escritura e nas Garantias, as Debêntures vencerão antecipadamente, nos termos da Cláusula 5.3 (xiv) abaixo.

4.11.7 Uma vez celebradas e devidamente registradas as Garantias, observados os requisitos para formalização e constituição das garantias previstas em tais instrumentos, estarão formalizadas as Garantias, de forma irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações principais e acessórias da Emissora, nos termos desta Escritura.

## **5. DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **5.1. Aquisição Antecipada Facultativa**

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, ou por preço superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de aditamento a esta Escritura; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

### **5.2. Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado Facultativo**

5.2.1. As Debêntures poderão ser amortizadas extraordinariamente, ou seja, fora das datas já previstas para amortização nos termos da Cláusula 4.7.1 acima ("Amortização Extraordinária de Debêntures") ou facultativamente resgatadas, parcial ou totalmente ("Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures"), a partir do 13º mês a contar da Data da Emissão, ou seja, em 9 de janeiro de 2013 (inclusive), a critério da Emissora, mediante Comunicação de Amortização ou Resgate (conforme definido na Cláusula 5.2.1.6 abaixo).

JUL 2011

20 12 11

5.2.1.1. O valor da Amortização Extraordinária de Debêntures ou do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures devido pela Emissora será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, conforme o caso, no caso do resgate, ou de parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, conforme o caso, no caso de amortização, acrescido (ii) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso; (iii) de demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso; e (iv) de prêmio, incidente sobre o somatório dos valores indicados nos itens (i) a (iii), correspondente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures” e “Valor da Amortização Extraordinária de Debêntures”, respectivamente).

5.2.1.2. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com o “de acordo” do Agente Fiduciário, da realização da Amortização Extraordinária de Debêntures ou do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.2.1.3. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

5.2.1.4. No caso de Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º, inciso I, do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá coordenar o sorteio, observado, para tanto, o disposto nas Cláusulas 5.2.1.5 e 5.2.1.6 abaixo.

5.2.1.5. No caso do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures parcial mencionado acima, tal resgate deverá ser realizado para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas, conforme aplicável, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste ou aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

5.2.1.6. Para fins desta Cláusula 5.2.1.6, o comunicado de amortização extraordinária ou resgate antecipado a ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário e publicado por meio de comunicação aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, com 15 (quinze) dias de antecedência, deverá conter os termos e condições da Amortização Extraordinária de Debêntures ou do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures, conforme o caso, incluindo necessariamente: (i) a respectiva data de Amortização Extraordinária de Debêntures ou do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures, conforme o caso; (ii) se o Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures será total

JUL 2011

20 12 11

ou parcial; (iii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures ou o Valor da Amortização Extraordinária de Debêntures, conforme o caso; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária de Debêntures ou do Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures ("Comunicação de Amortização ou Resgate").

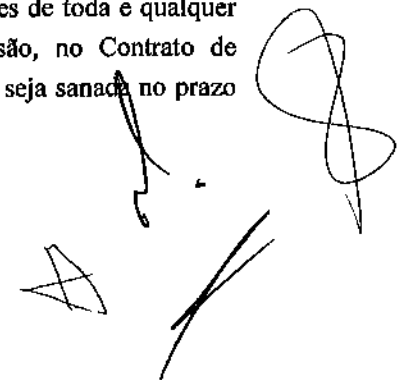
5.2.1.7. Fica desde já certo e ajustado que qualquer Amortização Extraordinária de Debêntures em valor igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em circulação não poderá ser realizada, sendo substituída por resgate antecipado da totalidade das Debêntures.

### 5.3. Vencimento Antecipado

#### 5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1. O Agente Fiduciário, nos termos previstos na presente Cláusula 5.3.1, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, pelos Intervinentes Garantidores e/ou pelos seus controladores diretos ou indiretos, bem como extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal ou decretação de falência ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Emissora e/ou de seus controladores diretos ou indiretos, e ainda, insolvência dos Intervinentes Garantidores;
- (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pelas controladas da Emissora, bem como extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal ou decretação de falência ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, das controladas da Emissora;
- (iii) descumprimento pela Emissora e/ou Intervinentes Garantidores de toda e qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Colocação e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, que (a) não seja sanada no prazo

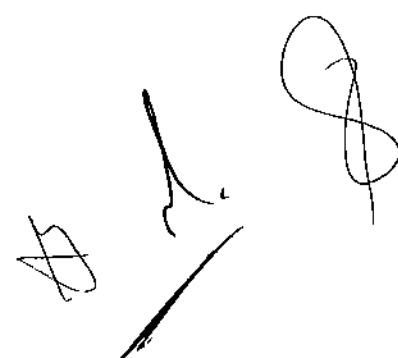


JUL 09

25 12 11

de cura específico previsto nesta Escritura; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja sanada no prazo de 7 (sete) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;

- (iv) ocorrência de alteração na composição societária ou reorganização societária da Emissora, ou de cessão ou transferência, direta ou indireta, de ações do capital social da Emissora, exceto no caso de a maioria das ações da Emissora ser mantida pelos atuais acionistas detentores da maioria de seu capital social, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica;
- (v) ocorrência de alteração, direta ou indireta, do controle, direto ou indireto, atual da Emissora;
- (vi) qualquer cisão, fusão ou incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária que implique na alteração do capital social da Emissora, que reduza o patrimônio líquido da Emissora apurado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas reunidos em assembleia específica;
- (vii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra os Intervenientes Garantidores, suas controladas e/ou coligadas, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões), salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora; ou (b) a Emissora tiver contestado, de boa fé, o referido protesto, de maneira a demonstrar erro ou má-fé, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura e a exigibilidade imediata do pagamento tiver sido suspensa ou cancelada;
- (viii) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou de quaisquer dos Intervenientes Garantidores na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, se houver, em montante unitário ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") a partir da Data de Emissão, ressalvados os casos de suspensão ou cancelamento da exigibilidade imediata do pagamento do referido valor por qualquer motivo, ou por garantia oferecida pela Emissora para fins de discutir, de boa-fé, a validade ou procedência do referido inadimplemento;



JUL 29

20 12 11

- (ix) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, dos Intervenientes Garantidores, e/ou de suas controladas e/ou coligadas, no mercado local ou internacional;
- (x) não cumprimento pela Emissora e/ou pelos Intervenientes Garantidores de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores, conforme o caso, cujo valor unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo estes valores atualizados, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M;
- (xi) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora que seja seguida de exercício de direito de retirada por qualquer dos acionistas da Emissora, em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão e nas Garantias, exceto se previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xii) pagamento aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores estiver(em) em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei;
- (xiii) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) se as Garantias previstas na Escritura: (a) forem objeto de questionamento judicial legítimo pela Emissora ou pelos Intervenientes Garantidores; (b) não forem devidamente constituídas; (c) forem anuladas, nulas, ou invalidadas sob qualquer forma; (d) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas e tal evento não for sanado ou a Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores, conforme o caso, não substituírem ou reforçarem tais Garantias, mediante aprovação dos Debenturistas, (x) no prazo de 5 (cinco) dias contados da data em que Emissora tomar conhecimento do referido evento, caso a nova garantia a ser constituída seja uma garantia fidejussória, ou (y) no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que Emissora tomar conhecimento do referido evento, caso a nova garantia a ser constituída seja uma garantia real; ou (e) no caso da Cessão Fiduciária, o saldo de

JUL 20 11

20 12 11

recebíveis performados dados em garantia não equivaler a montante superior a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures;

- (xv) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas na data em que forem fornecidas, em qualquer aspecto relevante quaisquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Intervenientes Garantidores no âmbito da Emissão;
- (xvi) ocorrência de qualquer evento que, na avaliação dos Debenturistas, após manifestação expressa da Emissora realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ocorrência do evento, tenha, com relação à Emissora e/ou aos Intervenientes Garantidores (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (econômica, financeira, operacional ou de qualquer outra natureza), nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; (b) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura; e/ou (c) qualquer evento ou condição que, após decurso do prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Inadimplemento ("Evento Adverso Relevante");
- (xvii) alteração do objeto social da Emissora que resulte em alteração relevante no seu setor de atuação, considerando que tal alteração não altere ou afete negativamente a capacidade da Emissora em cumprir com suas obrigações pactuadas na presente Escritura;
- (xviii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita nesta Escritura de Emissão;
- (xix) descumprimento de qualquer obrigação que vier a ser estabelecida no Contrato de Colocação;
- (xx) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças necessárias para o regular exercício das suas atividades, desde que o não cumprimento das obrigações acima enseje em um Evento Adverso Relevante;
- (xxi) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures, e tal medida não seja sanada pela Emissora e/ou pelos



JUCESP

20 12 11

Intervenientes Garantidores no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que a Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores tomar(em) conhecimento do referido evento;

- (xxii) não pagamento pela Emissora, na respectiva data de vencimento ou das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas;
- (xxiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas;
- (xxiv) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Emissão se tornarem comprovadamente inexequíveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável, e tal evento não for sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do referido evento;
- (xxv) a Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores deixarem de cumprir quaisquer obrigações assumidas nas Garantias, ou em caso de desconstituição de quaisquer dos Intervenientes Garantidores na Fiança, independente do motivo, desde que tal inadimplemento ou desconstituição, não seja sanado ou que a Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores não substituam ou reforcem tais Garantias, nos prazos aqui previstos;
- (xxvi) na hipótese de serem prestadas, pela Emissora ou por suas controladas, coligadas ou controladoras, conforme aplicável, durante o prazo das Debêntures, garantias fora do curso normal de seus negócios, em operações não contempladas em seu objeto social, na medida em que tais garantias afetem negativamente a capacidade da Emissora em cumprir com suas obrigações pactuadas nos documentos da presente Emissão;
- (xxvii) não formalização e constituição regular dos instrumentos de Garantia;
- (xxviii) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em circulação, da razão entre Endividamento Financeiro e Contas a Receber de Cartões de Crédito menor ou igual a 3,00, a ser calculado semestralmente com base nas demonstrações financeiras da Emissora ("Índices e Limites Financeiros").

Para os fins do disposto no inciso (xxviii) acima:

JUL 2011

20 12 11

Endividamento Financeiro: compreende aos saldos expressos no balanço patrimonial da Emissora das contas de empréstimos e financiamentos bancários; e

Contas a Receber de Cartões de Crédito: compreende aos saldos expressos no balanço patrimonial da Emissora das contas a receber de cartões de crédito.

5.3.1.2. Os Índices e Limites Financeiros serão acompanhados pelo Agente Fiduciário semestralmente, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora e do relatório expedido pelo auditor independente demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, conforme o caso. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o semestre contábil encerrado em 31 de dezembro de 2011.

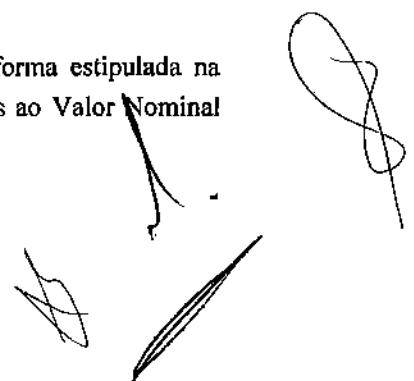
5.3.1.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (i); (iii); (v); (vi); (ix); (x); (xi); (xii); (xiii); (xiv); (xv); (xvi); (xxii); (xxiii); (xxiv); (xxv); e (xxvii) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.4. Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.3.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura. Na Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e aos Intervenientes Garantidores, com cópia para o Banco Mandatário e Escriturador, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

5.3.3. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido no item 5.3.2 acima.

5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.2 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal



JUL 29

20 12 11

Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, os Encargos Moratórios e Multa, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima sem prejuízo da excussão da garantia real.

5.3.5. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração de suas demonstrações financeiras que resulte em desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

5.3.5.1. Exclusivamente na hipótese prevista na Cláusula 5.3.5 acima, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros durante o período entre (i) a alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

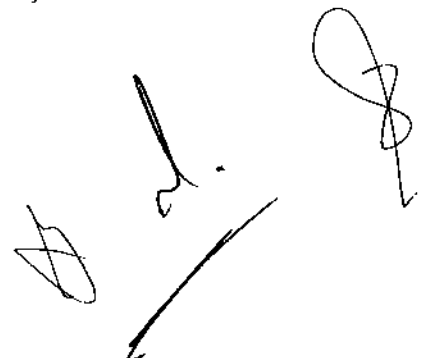
5.3.5.2. Caso qualquer das Assembleias Gerais de Debenturistas a que se refere a Cláusula 5.3.5 não delibere sobre os novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros ou não seja instalada por falta de *quorum*, em primeira e segunda convocação, serão considerados mantidos os Índices e Limites Financeiros estabelecidos nesta Escritura de Emissão e o desenquadramento, a partir desse momento, ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

5.3.5.3. Ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 5.3.5, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS INTERVENIENTES GARANTIDORES**

6.1. A Emissora e os Intervenientes Garantidores, de forma solidária, adicionalmente, obrigam-se a:

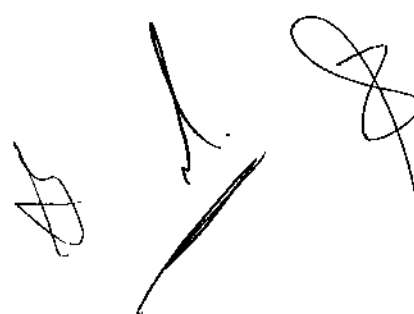
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:



JUL 2011

20 12 11

- (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e ainda de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração; e (ii) declaração de Diretor da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão;
- (b) semestralmente, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao semestre anterior dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias a contar do seu término;
- (c) notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 30 (trinta) dias após sua realização;
- (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3 acima imediatamente após a sua ocorrência; e
- (e) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores que, de alguma forma, possam interessar aos Debenturistas, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (f) até a Data de Subscrição, comprovação do protocolo do Contrato de Cessão Fiduciária nos cartórios competentes, sendo que seu registro deverá ocorrer em até 25 (vinte e cinco) dias contados da data da assinatura desta Escritura;
- (g) comprovante de que os recursos decorrentes da Emissão foram destinados conforme estabelecido na Cláusula 3.7. acima no dia útil seguinte à Data de Subscrição;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;



JUCESP

20 12 11

- (iii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;



JUCESP

26 12 11

- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) não praticar quaisquer atos em desacordo com (i) seu Estatuto Social, na medida em que tais atos afetem negativamente a capacidade da Emissora em cumprir com suas obrigações pactuadas na presente Escritura; ou (ii) os Documentos da Emissão;
- (xi) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento, previstos na Cláusula 5.3.1 acima;
- (xii) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiv) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e atos constitutivos das Garantias à presente Emissão; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Escriturador e Banco Depositário;
- (xv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) não efetuar pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso esteja em mora com relação às Debêntures, exceto pelo mínimo obrigatório exigido na Lei das Sociedades por Ações;

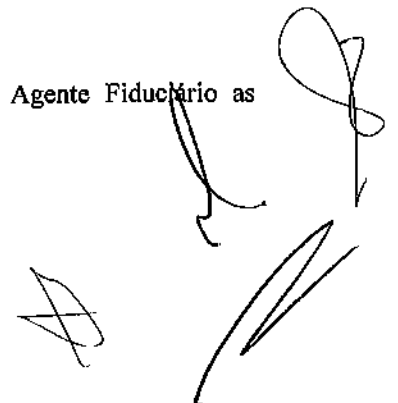


JUL 19 2013

20 12 11

- (xvii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xviii) contratar, às suas expensas, sempre que necessário, escritório de advocacia de renomada reputação a fim de assessorar a Emissora e o Agente Fiduciário na constituição das Garantias mencionadas nesta Escritura, bem como na substituição das Garantias, sempre que novas garantias tiverem de ser constituídas e/ou substituídas, conforme o caso;
- (xix) informar, imediatamente, o Agente Fiduciário, assim que tomar conhecimento a respeito de qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros;
- (xx) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxi) manter sempre vigentes as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (xxii) contratar e manter contratados, às suas expensas, enquanto vigorar esta Emissão, os prestadores de serviços relacionados às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (xxiii) indenizar e/ou reembolsar, conforme o caso, os Debenturistas, na hipótese de lhes serem imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, pelo judiciário e/ou por quaisquer órgãos de fiscalização e controle brasileiros, em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Escritura; e
- (xxiv) entregar declaração ao Coordenador Líder acerca do atendimento integral da obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, transcritas na Cláusula 6.1 (iii) acima.

6.2. Os Intervinentes Garantidores se obrigam a fornecer ao Agente Fiduciário as seguintes informações:



JUL 12 11

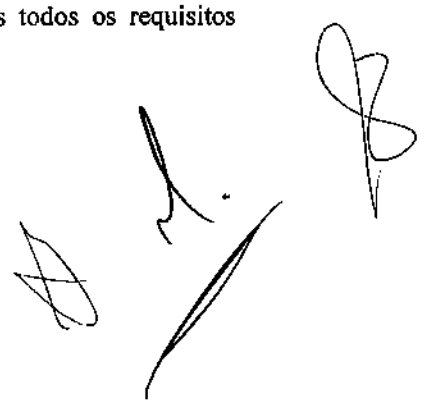
- (i) informações sobre quaisquer descumprimentos de quaisquer dos Intervenientes Garantidores, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 7 (sete) dias contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento; e
- (ii) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar que possam impactar o cumprimento, por parte de cada Interveniente Garantidor, das suas obrigações previstas nesta Escritura, no prazo de até 7 (sete) dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;





JUL 29

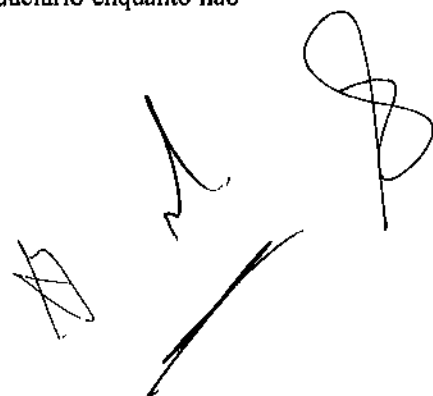
20 12 11

- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ix) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.3 desta Escritura;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (xii) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- (xiii) que verificará a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, com base no disposto na Cláusula 2.1.2.2, e que verificou a sua suficiência, conforme Cláusulas 4.10.10.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.



JUCESP

26 12 11

7.3.2. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.4. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

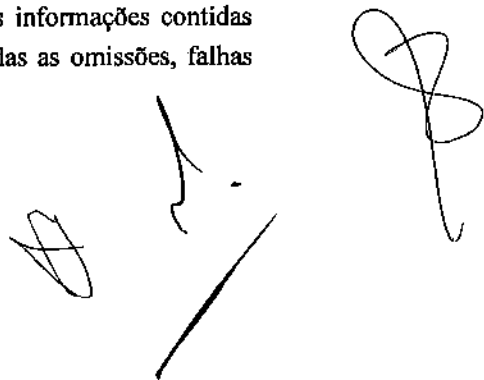
7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

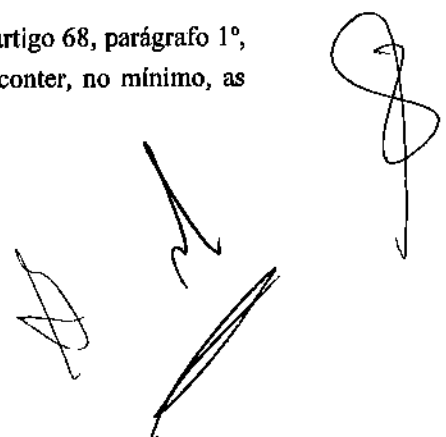
7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



JUCESP  
20 12 11

- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora e dos Intervenientes Garantidores;
- (x) solicitar, quando considerar necessário e mediante causa relevante que venha a configurar algum Efeito Adverso Relevante, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria;
- (xi) responsabilizar-se pela elaboração da ata de Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:



JUL 20 12 11

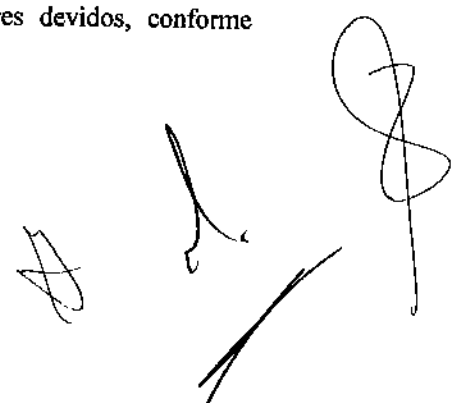
20 12 11

- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e demais documentos da Emissão;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias prestadas nos termos das Cláusulas 4.10 e 4.11 acima; e
  - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea "k", itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xv) colocar o relatório de que trata o item (xiv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;

JUL 59

20 12 11

- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM;
  - (d) na CETIP; e
  - (e) na sede do Coordenador Líder;
- 
- (xvi) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xv) acima;
  - (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e à CETIP;
  - (xviii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
  - (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e das Garantias, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, e os Índices e Limites Financeiros, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
  - (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
  - (xxi) acompanhar, junto ao Banco Depositário, o cumprimento dos termos e condições estabelecidos nas Garantias;
  - (xxii) calcular diariamente o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br); e
  - (xxiii) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.



JUL 19 2011

20 12 11

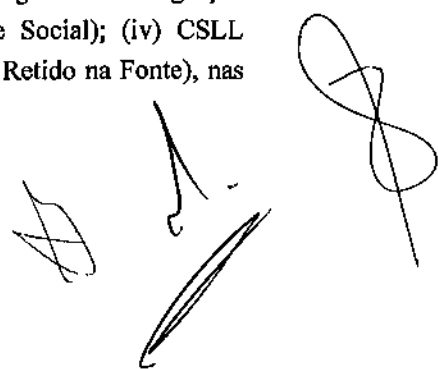
7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, e, conforme aplicável, a falência ou insolvência dos Intervenientes Garantidores;
- (iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora e/ou dos Intervenientes Garantidores, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima, nos termos do artigo 13, parágrafo único, da Instrução CVM 28.

7.7. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$7.000,00 (sete mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no terceiro (3º) dia útil após a subscrição e integralização das Debêntures, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes.

7.7.1. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas



JUL 30

20 12 11

alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondam a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima.

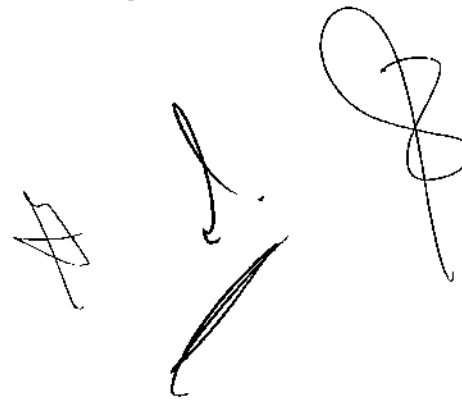
7.7.3. A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando, em nome dos Debenturistas, na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.7.4. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das Garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das decisões tomadas em tais eventos. Tal valor deverá ser pago 5 (cinco) dias após o envio, pelo Agente Fiduciário, do relatório de horas à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das Garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não serão considerados reestruturação das Debêntures para fins desta Escritura.

7.7.4.1 No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão e/ou ao Contrato de Cessão Fiduciária será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.

7.7.5. A remuneração do Agente Fiduciário engloba os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como participação em Assembleias Gerais de Debenturistas, não incluindo as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário no estrito exercício da função de Agente Fiduciário, conforme seja comprovadamente necessárias para o exercício de referida função, tais como, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização, entre outras.

7.7.6. Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.



JUL 09

20 12 11

7.7.7. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

7.7.8. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.9. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Caso estas despesas somem mais de R\$3.000,00 (três mil reais), o Agente Fiduciário deverá avisar a Emissora e enviar todos os comprovantes de despesas para que esta possa acompanhar tais gastos.

7.8.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.8.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias.



JUL 30 12 11

7.8.5. A restrição do valor das despesas a que se refere à Cláusula 7.8 acima não compreenderá aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura e na legislação aplicável, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e dos Intervenientes Garantidores, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 20 (vinte) dias da data da solicitação; e
- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas.

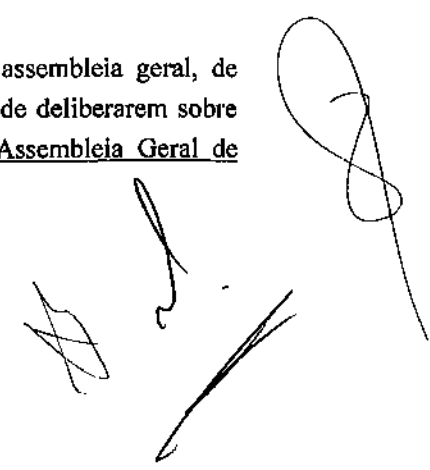
7.8.5.1. Aplicam-se às despesas acima as disposições da Cláusula 7.8 acima, referentes ao ressarcimento dos custos incorridos pelo Agente Fiduciário e ao envio dos comprovantes para acompanhamento dos gastos pela Emissora.

7.8.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.8.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Intervenientes Garantidores de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nas Garantias, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

## 8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, conforme o caso ("Assembleia Geral de Debenturistas").



JUEVES  
26 12 11

8.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

8.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

8.5. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.5.1. Não se aplica o *quorum* a que se refere a Cláusula 8.5 acima:

- (i) aos casos em que há *quorum* expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) às alterações (a) de *quorum* previsto nesta Escritura de Emissão; (b) dos Juros Remuneratórios; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; e (g) de qualquer Evento de Inadimplemento, exceto pelo disposto na Cláusula 5.3.5, as quais deverão ser aprovadas pela unanimidade dos Debenturistas.

8.6. Para os fins de cálculo do *quorum* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

JUCESP

20 12 11

8.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais.

8.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

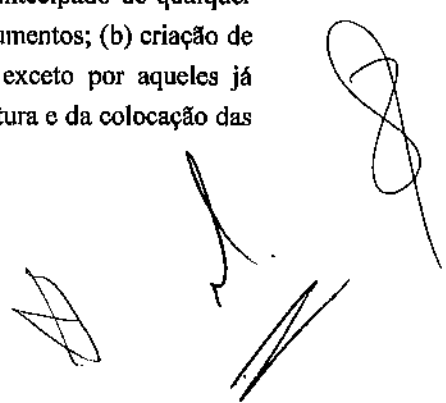
8.9. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela maioria dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

## **9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS INTERVENIENTES GARANTIDORES**

9.1. A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) na data de assinatura da presente Escritura, sua celebração e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou decorrentes da celebração desta Escritura e da colocação das



JUCESP

20 12 11

Debêntures; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição desta Escritura na JUCESP e nos cartórios de títulos e documentos competentes, o registro das Debêntures na CETIP e o registro das Garantias;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora, bem como as demonstrações financeiras consolidadas de seu grupo econômico, datadas de 31 de dezembro de 2009 e 2010 e ainda as demonstrações financeiras da Emissora, bem como as demonstrações financeiras consolidadas de seu grupo econômico, para o período encerrado em 31 de outubro de 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e de seu grupo econômico naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e de seu grupo econômico;
- (x) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura;
- (xi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto por aquelas que estejam sendo contestadas de boa-fé e cuja falta não possa afetar sua situação econômica e financeira e os resultados e/ou as atividades operacionais da Emissora;
- (xii) atenderá integralmente, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, nos termos da Cláusula 6.1(iii);

10029  
20 12 11

- (xiii) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (xiv) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM ; e
- (xv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura.
- 9.2. Os Intervenientes Garantidores declaram e garantem que:
- (i) são legalmente capazes para celebrar esta Escritura e para cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (ii) a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante de cada Interveniente Garantidor, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (iii) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual cada Interveniente Garantidor seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem de cada Interveniente Garantidor, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.
- 9.2.1. A Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores obrigam-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas.

JUL 20 12 11

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

**NS2.com Internet S.A.**

Rua Vergueiro, nº 396, Liberdade

01504-000, São Paulo/SP

At.: Sr. Adriano Alcalde // Fernando da Costa

Tel.: (11) 3028-2227 // (11) 8457-0646 // (11) 7707-4254 // (11) 6193-6929

Fax: (11) 3271-6847

e-mail: [adriano.alcalde@netshoes.com.br](mailto:adriano.alcalde@netshoes.com.br) // [fernando.costa@netshoes.com.br](mailto:fernando.costa@netshoes.com.br)

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Sala 205, Condomínio Downtown

22640-100, Rio de Janeiro/RJ

At.: Gustavo Dezouzart // Henrique Brêtas de Noronha Jr. // Bianca Galdino

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

e-mail: [gustavo.dezouzart@oliveiratrust.com.br](mailto:gustavo.dezouzart@oliveiratrust.com.br) // [agente@oliveiratrust.com.br](mailto:agente@oliveiratrust.com.br)

(iii) Para os Intervenientes Garantidores:

**Márcio Kumruian**

Rua Vergueiro, nº 396, Liberdade

01504-000, São Paulo, São Paulo

Tel.: (11) 3028-2286

Fax: (11) 3271-6847

e-mail: [diretoria@netshoes.com.br](mailto:diretoria@netshoes.com.br)

**Hagop Chabab**

Rua Vergueiro, nº 396, Liberdade

01504-000, São Paulo, São Paulo

Tel.: (11) 3028-2286

Fax: (11) 3271-6847

e-mail: [diretoria@netshoes.com.br](mailto:diretoria@netshoes.com.br)

(iv) Para o Banco Mandatário e Escriturador:

JUL 20 12 11

**Banco Bradesco S.A.**

Departamento de Ações e Custódia – DAC

Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo – 2º Andar, CEP 06029-900, Osasco – SP.

At.: Marcelo Poli

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-2714

Email: 4010.mpoli@bradesco.com.br

(vi) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar

20031-170, Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308 // 2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar

01452-000 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Email: gr.debentures@cetip.com.br

10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado pela parte receptora da comunicação. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes.

10.5. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo,

JUCESP

20 12 11

ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.7. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.8. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.9. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.10. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.11. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e das Garantias, bem como de eventuais seus aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.12. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer



JUCESP

20 12 11

hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

## 11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

\* \* \* \*

São Paulo, 9 de dezembro de 2011.



JUCESP

26 12 11

[Página 1/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantias Real e Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de NS2.com Internet S.A.]

NS2.COM INTERNET S.A.

Por:  
Cargo:

Marclo Kumrulan

Por:  
Cargo:

Hagop Chabab

JUCESP

20 12 11

[Página 2/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantias Real e Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de NS2.com Internet S.A.]

  
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Por:

Cargo:

**Patrícia Russo**  
**Procuradora**

Por:

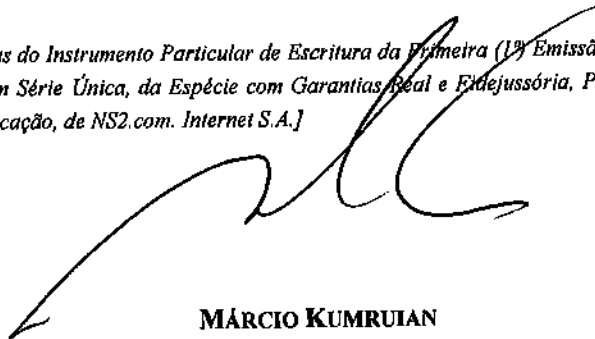
Cargo:

  
**Marcelo Takeshi Yano de Andrade**  
**Procurador**

JUL 29

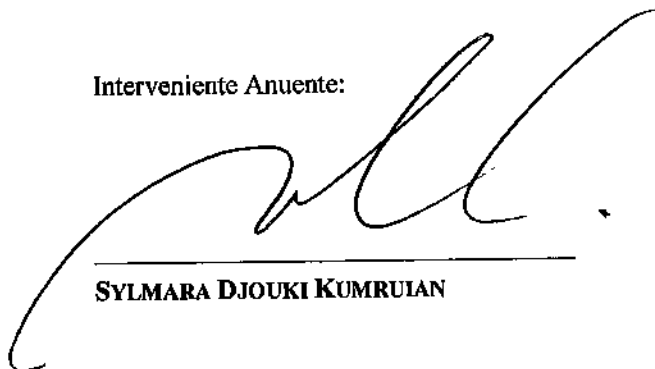
20 12 11

[Página 3/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantias Real e Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de NS2.com. Internet S.A.]



MÁRCIO KUMRUIAN

Interveniente Anuente:




SYLMARA DJOUKI KUMRUIAN

JUL 29

20 12 11

[Página 4/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantias Real e Fidejussória, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de NS2.com. Internet S.A.]

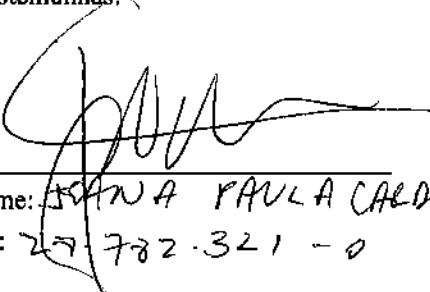
  
HAGOP CHABAB

Interveniente Anuente:

  
MATTÍ ARMENUHI SAPADJIAN CHABAB

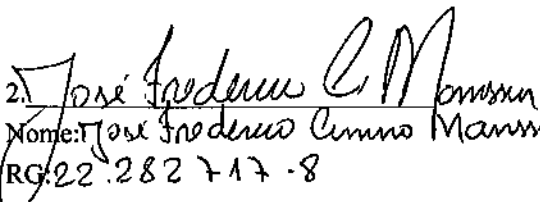
Testemunhas:

1.

Nome:  JOANA PAULA CARDOZO

RG: 27.782.321-0

2.

Nome:  José Frederico C. M. Mansur

RG: 22.282.717-8

JUN 20 12 11

Anexo 3.7.1

Descrição dos Contratos de Financiamento

CAPITAL DE GIRO					
Produto	Contrato nº	Celebrado em	PC	Data de Vencimento	Saldo Devedor Atualizado
CAGIRO	004 3 004426588	14/02/2011	012	14/02/2012	1.511.748,72
CAGIRO	004 3 004449633	22/02/2011	012	22/02/2012	326.691,71
CAGIRO	004 3 004466181	28/02/2011	012	28/02/2012	510.173,92
CAGIRO	004 3 004466203	28/02/2011	012	28/02/2012	149.788,40
CAGIRO	004 3 004471962	01/03/2011	012	01/03/2012	213.771,70
CAGIRO	004 3 004486984	09/03/2011	012	09/03/2012	704.619,62
CAGIRO	004 3 004505609	15/03/2011	012	15/03/2012	679.845,66
CAGIRO	004 3 004517676	18/03/2011	012	19/03/2012	509.338,02
CAGIRO	004 3 004540985	28/03/2011	012	28/03/2012	879.990,69
CAGIRO	004 3 004622500	27/04/2011	012	27/04/2012	1.755.457,87
CAGIRO	004 3 004665611	12/05/2011	012	14/05/2012	1.007.984,95
CAGIRO	004 3 004689467	20/05/2011	012	21/05/2012	754.378,18
CAGIRO	004 3 004751441	13/06/2011	015	13/09/2012	3.746.094,75
CAGIRO	004 3 004772013	20/06/2011	012	20/06/2012	1.781.637,29
CAGIRO	004 3 004852810	19/07/2011	012	19/07/2012	2.036.196,14
CAGIRO	004 3 005023924	19/09/2011	012	19/09/2012	4.242.588,00
CAGIRO	004 3 005029962	20/09/2011	012	20/09/2012	5.091.035,45
CAGIRO	004 3 005038965	22/09/2011	012	24/09/2012	2.544.136,88
CAGIRO	004 3 005114117	19/10/2011	012	19/10/2012	6.067.026,23
CAGIRO	004 3 005148319	31/10/2011	012	31/10/2012	2.324.409,23
CAGIRO	004 3 005202501	18/11/2011	012	19/11/2012	1.324.432,40
CAGIRO	004 3 005213983	22/11/2011	012	22/11/2012	2.442.354,67
CAGIRO	004 3 005242675	30/11/2011	012	30/11/2012	2.028.540,39

COMPROR				
Contrato nº	Celebrado em	PC	Data de Vencimento	Saldo Devedor Atualizado
005 3 000139036	27/12/2010	012	27/12/2011	444.452,94
005 3 000139459	03/01/2011	012	03/01/2012	158.266,76
005 3 000139677	10/01/2011	012	10/01/2012	37.065,46
005 3 000139980	17/01/2011	012	17/01/2012	267.573,80
005 3 000140971	07/02/2011	012	09/02/2012	408.510,53
005 3 000141231	14/02/2011	012	16/02/2012	1.869.606,64
005 3 000141469	21/02/2011	012	23/02/2012	480.891,57
005 3 000141995	01/03/2011	012	01/03/2012	509.399,34
005 3 000142228	09/03/2011	012	09/03/2012	119.638,68
005 3 000142384	11/03/2011	012	12/03/2012	607.046,73
005 3 000142930	23/03/2011	012	23/03/2012	301.013,20
005 3 000143505	04/04/2011	012	04/04/2012	2.022.080,30
005 3 000143788	11/04/2011	012	11/04/2012	1.825.595,68
005 3 000144095	18/04/2011	012	18/04/2012	710.675,71
005 3 000144394	26/04/2011	012	26/04/2012	1.141.781,68
005 3 000144913	09/05/2011	012	09/05/2012	1.588.865,68

JUN 09  
20 12 11

COMPROR				
Contrato nº	Celebrado em	PC	Data de Vencimento	Saldo Devedor Atualizado
005 3 000145020	11/05/2011	012	11/05/2012	615.493,42
005 3 000145324	19/05/2011	012	21/05/2012	977.597,97
005 3 000145450	24/05/2011	012	24/05/2012	429.063,80
005 3 000145671	30/05/2011	012	30/05/2012	525.377,91
005 3 000145970	02/06/2011	012	04/06/2012	295.972,47
005 3 000146029	03/06/2011	012	04/06/2012	372.157,65
005 3 000146091	06/06/2011	012	06/06/2012	2.890.487,34
005 3 000146243	09/06/2011	012	11/06/2012	1.417.455,09
005 3 000146373	13/06/2011	012	13/06/2012	1.176.134,15
005 3 000146694	20/06/2011	012	20/06/2012	2.560.173,72
005 3 000146893	27/06/2011	012	27/06/2012	1.194.601,13
005 3 000147519	04/07/2011	012	04/07/2012	2.644.455,54
005 3 000148093	19/07/2011	012	19/07/2012	1.127.061,34
005 3 000148644	01/08/2011	012	01/08/2012	2.045.555,54
005 3 000149057	08/08/2011	012	08/08/2012	5.022.389,83
005 3 000149587	22/08/2011	012	22/08/2012	645.460,64
005 3 000149888	29/08/2011	012	29/08/2012	3.819.320,56
005 3 000150432	12/09/2011	012	12/09/2012	6.122.603,36
005 3 000151072	26/09/2011	012	26/09/2012	3.298.007,57
005 3 000151256	29/09/2011	012	01/10/2012	1.809.263,43
005 3 000151602	03/10/2011	012	03/10/2012	2.248.579,48
005 3 000151851	10/10/2011	012	10/10/2012	5.378.964,96
005 3 000152167	17/10/2011	012	17/10/2012	727.925,14
005 3 000152430	24/10/2011	012	24/10/2012	3.335.919,12
005 3 000152743	31/10/2011	012	31/10/2012	2.590.854,05
005 3 000152864	03/11/2011	012	05/11/2012	2.786.377,73
005 3 000153274	14/11/2011	012	14/11/2012	3.938.781,80
005 3 000153547	21/11/2011	012	21/11/2012	1.979.554,56
005 3 000153829	28/11/2011	012	28/11/2012	1.467.355,91

Valor Total dos contratos listado acima: R\$118.567.650,78 (cento e dezoito milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos).